

OS TIPOS SEMÂNTICOS VERBAIS E OS GRAUS DE MODALIDADE DEÔNTICA EM CONSTRUÇÕES COMPLETIVAS COM SER + NOME

Dayane Alves Wiedemer

Orientadora: Nilza Barrozo Dias

Mestranda

RESUMO: Neste artigo apresentamos a pesquisa acerca da construção completiva com verbo *ser* + nome, que é constituída de uma oração matriz (*ser* [conjugado na 3ª pessoa do singular] + nome) e de uma oração completiva com função de sujeito sintático. A oração matriz com *ser* + nome é uma construção linguística que, quando relacionada à modalidade deôntica, encontra-se no eixo da conduta e expressa os valores de *obrigação*, podendo ser moral, *interna* e ditada pela consciência ou *obrigação externa*, material, social e ditada pelas circunstâncias, além do valor de *necessidade*. Acreditamos que os valores de obrigação (obrigação interna ou externa e necessidade) são variáveis de acordo com a oração completiva. Nossa hipótese de pesquisa é que há uma possível correlação entre o grau de modalidade deôntica e a natureza semântica dos verbos da oração completiva. A análise empreendida apoia-se nos pressupostos teóricos do Funcionalismo americano e da Linguística Cognitiva. Para compor o corpus de análise, investigamos as construções em discursos e votações disponíveis no site da *Alerj*.

PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo; modalidade deôntica; construções completivas.

Introdução

O Funcionalismo é uma corrente teórica que estuda a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas podem ser usadas, ou seja, há uma vinculação entre discurso e gramática. A proposta, então, é a de que esse estudo seja feito simultaneamente para que seja possível entender como a língua se configura (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Considerando tal premissa, o objetivo de nosso trabalho, ainda em estágio inicial, é analisar a modalidade deôntica presente nos usos da construção subjetiva

composta por [verbo_{ser} + predicativo_{obrigatório/preciso/necessário} [oração completiva subjetiva]], que é uma estrutura linguística relacionada à modalidade deôntica, que se encontra no eixo da conduta e expressa os valores de obrigação, podendo ser moral, interna e ditada pela consciência ou obrigação material, externa, social e ditada pelas circunstâncias (ALMEIDA, 1980; NEVES, 1996), além do valor de necessidade (ALVES WIEDEMER, 2015).

Sobre a modalidade, Salim Miranda (2005) comenta que a perspectivização da modalidade é assentada a partir da definição de uma intenção ou atitude do sujeito em relação à proposição ou ao enunciado. O que se tem é o conteúdo proposicional de um lado, a atitude ou intenção do sujeito de outro, e um interlocutor subfocalizado ou fora de cena.

Nossa análise consiste na descrição da correlação entre a modalidade deôntica e os tipos semânticos dos verbos (HALLIDAY, 1985) da construção completiva, bem como na análise dos graus de modalidade deôntica.

Os dados analisados, nesse trabalho, foram coletados no *site* da *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)*¹. Tratam-se de discursos e debates de projetos de leis, que sempre visam o convencimento do outro sobre determinada proposição.

Para tal finalidade, este artigo compreende quatro seções, além das considerações finais: na primeira seção, atemo-nos à revisão dos principais pressupostos teóricos; a segunda seção é destinada a apresentar a definição de modalidade deôntica; em seguida, revisamos a classificação semântica dos processos verbais oferecida por Halliday (1985); e na quarta seção, oferecemos os resultados de nossas análises. Ao final, têm-se as referências utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Pressupostos teóricos

Givón (1979) sustenta que a linguagem evolui do âmbito pragmático para o âmbito da gramática, ou seja, a gramática tem sua origem no discurso, entendido como um conjunto de estratégias empregadas pelo usuário da língua para organizar, de modo funcional, o seu texto para um determinado ouvinte em alguma situação comunicativa, seja oral ou escrita.

¹ Acesso pelo link: <http://www.alerj.rj.gov.br/?AspxAutoDetectCookieSupport=1>

Nesse modelo, a gramática é vista como um sistema aberto, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia, sendo assim, a gramática é o anexo maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso, do discurso e das situações interacionais acumuladas pelos indivíduos no decorrer da vida. Devido a isso, o Funcionalismo explicará a organização dessa gramática e a suas estratégias com base nos princípios cognitivos e comunicativos (CUNHA; TAVARES, 2007).

As autoras (*op. cit.*) entendem que, se a gramática é constituída em contextos específicos de uso da língua, para compreendê-la temos que levar em conta a perspectiva discursivo-textual; assim, será possível explicar a forma da língua a partir das funções que ela desempenha na comunicação.

A modalidade deôntica

Na literatura linguística (LYONS, 1977), o termo *deôntico* tem origem na palavra grega *deon* (o que é obrigatório) e se refere à lógica da obrigação e da permissão. Ao definir a modalidade deôntica, Lyons (1977) relaciona algumas características. A primeira é relacionada à sentença, que nesse tipo de modalidade, não descreve um ato em si mesmo, mas um estado-de-coisas.² Quirk (1985, in: NEVES, 1996, p. 187) afirma que a categoria deôntica envolve algum tipo de controle humano intrínseco dos eventos.

A modalização deôntica está situada no nível da predicação; ao expressar, então, o estatuto da realidade de um estado-de-coisas, o falante baseia sua avaliação no conhecimento de possíveis situações relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais. De acordo com Gonçalves, Souza, Casseb-Galvão (2008), os predicados de valor deôntico indicam que o estado-de-coisas descrito na sentença encaixada completiva é apresentado como uma *necessidade*, *obrigação*, *permissão* ou como uma *proibição*. Podem ainda expressar uma capacidade atribuída ao referente do sujeito da sentença matriz de realizar o estado-de-coisas descrito na completiva.

Castilho (2010, p. 363) segue a mesma linha de pensamento ao dizer que:

2 Neves (1996, p. 174) define estado-de-coisas “como uma codificação linguística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação. Sendo algo que pode ocorrer em um determinado mundo, um estado-de-coisas está sujeito a determinadas operações, isto é, ele pode ser: localizado no espaço e no tempo; ter uma certa duração; ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido”.

Os modalizadores deônticos predicam o conteúdo sentencial, que passa a ser entendido como um estado-de-coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente. Não é mais o valor de verdade da sentença que está em jogo, como nas classes anteriores [epistêmicos asseverativos e epistêmicos dubitativos]. Esses modalizadores correspondem à função desiderativa da linguagem, donde a noção de futuridade que os acompanha.

O eixo da conduta situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão) e pode corresponder a atos diretivos de fala, ligando-se ao imperativo, em que se espera que o falante induza o outro a agir de determinada forma. De acordo com Casimiro (2007), a análise da modalidade deôntica abarca um conjunto de regras sociais e morais pré-estabelecidas, a partir das quais, os valores de permissão, obrigação ou necessidade são estabelecidas pelo falante. Tais regras podem se manifestar em leis, cultura e hábitos de uma sociedade.

Almeida (1980) já havia pontuado que a obrigação é dividida em moral, material e lógica. A obrigação moral é aquela que se fundamenta nas leis sociais, no costume, no decoro, nos princípios da religião e do indivíduo, trata-se do dever civil, profissional, religioso etc. A obrigação material ocorre por necessidade física, fisiológica, de natureza material em geral. O caráter da obrigação tem um envolvimento passivo que corresponde a ser obrigado ou necessário³.

Casimiro (2007, p. 19-20), ao analisar a obra de Lyons (1977), salienta que:

Além dessa convenção de regras sociais e morais, é necessário também que haja o reconhecimento, por parte dos membros de uma dada sociedade, dos valores e pesos dessas normas. É a partir do reconhecimento dessas regras e valores, por exemplo, que se designa dado membro ou instituição de uma sociedade como autoridade ou não.

Além disso, afirma que “o destinatário de uma expressão deôntica pode se recusar a obedecer tal obrigação, negar que essa obrigação exista ou questionar sua existência, indagando sua origem” (CASIMIRO, 2007).

Os tipos semânticos dos verbos

3 Almeida (1980) define, ainda, a obrigação lógica que tem vínculo nas deduções do raciocínio, rege-se pelas leis do pensamento.

Halliday (1985) classifica os verbos de acordo com o processo que representam e afirma que o sistema gramatical é baseado em sua transitividade, ou seja, todas as impressões como fazer, sentir, significar, ser e acontecer, por exemplo, constroem o mundo da experiência no que denomina de *tipos de processo*.

Os processos são classificados em: (i) materiais; (ii) mentais; (iii) comportamentais; (iv) existenciais; (v) relacionais e (vi) verbais. E estes consistem em três componentes: o próprio processo, os participantes do processo e as circunstâncias associadas ao processo.

Os processos chamados *materiais* são processos do “fazer”, eles expressam a noção de que alguma entidade faz alguma coisa. Não constituem necessariamente algo concreto, um evento físico, eles podem marcar coisas abstratas e acontecimentos.

Já os processos *mentais* estão relacionados às cláusulas de “sentir”, “pensar” ou “perceber”. O processo mental diferencia-se do material com base em cinco critérios:

1. Nas cláusulas de processo mental, um dos participantes é sempre humano.
2. Nas de processo material, todo participante é uma coisa, já que é um fenômeno de nossa experiência, como uma entidade (pessoa, criatura, objeto, instituição ou abstração) ou até mesmo algum processo (ação, evento, qualidade, estado ou relação);
3. Há distinção entre processo mental e material por conta do tempo verbal. Em inglês, por exemplo, o processo material é marcado pelo *presente continuous* e o processo mental é marcado pelo *simple present*;
4. Os processos mentais podem ser construídos com dois focos distintos, por exemplo, *Mary liked the gift* ou *The gift pleased Mary*. O que já se torna difícil de encontrar com verbos do tipo material.
5. Os verbos que indicam processos materiais são processos do fazer, já os mentais são processos do sentir, pensar e ver e não podem ser substituídos por fazer e não possuem qualquer tipo de relação com o fazer.

O processo *relacional* está relacionado ao ser. Mas não é o ser no sentido de existir (que pertence ao grupo de processo existencial). Nas cláusulas relacionais, há duas partes para o ser: algo está sendo dito para “ser” outra coisa. Em outras palavras, um processo relacional é configurado entre duas entidades separadas. No inglês, analisado pelo autor, há três tipos de construções com processo relacional: (i) intensivo (*x is a*); (ii) circunstancial (*x is at a*); e (iii) possessivo (*x has a*). Esses estão incluídos

em dois modelos: (a) atributivo (*x is an attribute of x*) e (b) identificação (*a is the identity of x*).

Os processos *comportamentais* são processos de comportamento fisiológico ou psicológico, como “*respirar*”, “*tossir*”, “*sorrir*”, “*sonhar*” ou “*encarar*”. O participante que está se “comportando”, chamado de *behave*r, é, geralmente um ser consciente, entretanto, o processo é mais próximo gramaticalmente do fazer. O processo comportamental pode estar próximo de vários outros processos como: mental (*olhar, assistir, ouvir etc*); material (*cantar, dançar, mentir etc*) ou até verbal, que será descrito a seguir (*falar, tagarelar, resmungar etc*).

Já os processos *verbais* são os processos do dizer. Qualquer verbo utilizado como verbo de elocução é considerado um processo verbal. Esse processo é marcado por três elementos: o receptor, o *verbiage* e o alvo. O receptor é aquele a quem o dizer é dirigido. O *verbiage* é correspondente ao que é dito e o alvo é a entidade marcada no processo do dizer.

E, por fim, há os processos *existenciais*, que representam algo que existe ou acontece. Tipicamente ocorrem com verbo *ser*, por isso assemelham-se aos processos relacionais, entretanto também podem correr com verbos como “*existir*”, “*permanecer*”, “*surgir*”, “*ocorrer*”, “*acontecer*” etc.

Análise e resultados preliminares

Nosso primeiro objetivo é apresentar as ocorrências divididas pelos predicativos deônticos analisados. Foram encontradas, no *corpus* investigado, 67 ocorrências da construção completiva deôntica, conforme disposto na tabela (1).

Tabela 1: Panorama de usos predicativos deônticos

| Predicativo | Mês/Ano | | | Total |
|-------------|----------------|------------|------------|-------|
| | Fevereiro/2017 | Março/2017 | Abril/2017 | |
| Preciso | 19 | 22 | 17 | 58 |
| Necessário | 05 | 01 | 03 | 09 |
| Obrigatório | -- | -- | -- | 0 |
| Total | 24 | 23 | 20 | 67 |

Quando observamos a divisão da distribuição das ocorrências, verificamos que há predominância de uso da estrutura com *é preciso*, seguido de menor uso da construção com *é necessário* e nenhum uso de *é obrigatório*. Isso já nos mostra que,

possivelmente, a construção *é preciso* possui uma gradualidade muito maior em relação às outras construções, visto que, como comprovaremos a seguir, ela pode ser lida tanto obrigatoriamente, quanto necessariamente, sem ser enfática como as outras construções.

Destas 67 ocorrências, todas estavam em posição inicial, isto é, oração matriz seguida de oração completiva, com isso, observamos que essa posição da estrutura predicadora é sempre a escolhida pelos escritores, o que dá destaque e marca a sua atitude enquanto usuário, como é verificado em Dias (2013, p. 20).

Visando encontrar uma possível razão que motivasse as ocorrências dos graus de modalidade deôntica, decidimos investigar os tipos semânticos dos verbos da oração completiva e a correlação com o grau deôntico. Os resultados estão dispostos na tabela (2).

Tabela 2: Correlação entre tipo semântico do verbo vs. grau deôntico

| Semântica do verbo | Preciso | | | Necessário | | |
|-----------------------|-----------|-----------|--------|------------|-----------|--------|
| | Obr. Ext. | Obr. Int. | Neces. | Obr. Ext. | Obr. Int. | Neces. |
| Grau deôntico | | | | | | |
| Relacional | -- | 1 | 2 | -- | -- | -- |
| Existencial | 2 | 1 | 3 | 1 | -- | -- |
| Material | 19 | 2 | -- | 4 | -- | 1 |
| Comportamental | -- | -- | 1 | -- | -- | -- |
| Mental | 2 | 3 | 8 | -- | -- | 2 |
| Verbal | 2 | -- | 12 | -- | -- | 1 |
| Total | 25 | 7 | 26 | 5 | 0 | 4 |

Em relação aos graus de obrigação, com o predicador *preciso* há maior quantidade de obrigação externa, seguido de necessidade e menor uso da obrigação interna. Apesar do menor número de dados, o mesmo acontece com o predicador *necessário*. Nota-se que o *necessário*, apesar de intuitivamente nos marcar necessidade, também pode expressar uma obrigação, como vemos em (01).

(01) *Aproveito para dizer, até porque eu sei que a Tv Alerj é acompanhada pelos nosso municípios, que a equipe do ônibus da Defesa do Consumidor é composta por advogados e o trabalho, principalmente, se resume em solucionar conflitos entre consumidores e fornecedores através da conciliação realizada por essa equipe especializada.*

*Para realizar uma reclamação, é necessário ter mãos: carteira de identidade, CPF, nota fiscal e ordem de serviço, quando se tratar de problemas com garantias de produtos.*⁴

4 Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/5269581dcf98cba48325810f0076181c?OpenDocument>

Em (01) somente será possível realizar uma reclamação a respeito da garantia de produtos se o consumidor estiver munido de carteira de identidade, CPF, nota fiscal e ordem de serviço, ou seja, temos, nesse caso, uma obrigação puramente externa, material expressa pelo predicativo *necessário*.

Já nos exemplos (02), (03) e (04), temos a representação da obrigação externa, obrigação interna e da necessidade, respectivamente, para mostrarmos como esse predicativo possui maior gradualidade entre os níveis.

(02) *Os bancos precisam dar exatamente esse atendimento diferenciado ao idoso para que não sejam lesados, muitas vezes por familiares, que têm má intenção.*

E tem também aquele caso do idoso, por conta, como a Deputada Cidinha Campos colocou aqui, de vir aquele empréstimo pré-aprovado e ele não ter o esclarecimento necessário, o idoso faz o empréstimo, sem ter muito esclarecimento e entendimento do que está fazendo e tem sido lesado pelo banco.

Então, de repente, o Projeto de V. Exa. Não ficou muito bem esclarecido na ementa e foi, de repente, mal interpretado. Mas é preciso, sim, que os bancos deem maior proteção e melhor qualidade de atendimento ao idoso, para que ele possa exercer a sua autonomia com liberdade.⁵

[08 de fevereiro de 2017 – Veto Total Aposto ao Projeto de Lei 699/2015]

(03) *Deputado Luiz Paulo, eu já falei em algumas ocasiões, já falei na CBN, já falei na imprensa, já falei no Colégio de Líderes, e deixei de responder, na semana passada, um zap do Governador que me pedia que seria importante se votássemos de 11% para 14%, nem resposta dei, porque não há hipótese de entrar em pauta nenhuma outra matéria sem que tenhamos os salários dos funcionários em dia.*

Torço por isso. Não sei se vai ocorrer ou não vai ocorrer. A minha expectativa é que ocorra. Porque é preciso trazer um pouco de calma e paz aos funcionários, para que os serviços públicos voltem a funcionar minimamente, porque são quase 17 milhões de pessoas.⁶

[20 de fevereiro de 2017 – Sessão extraordinária – Projeto de Lei 2345/2017]

(04) *Preocupa-me muito nessas audiências, Deputada Martha Rocha, ouço falar muito de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, da taxa de lucratividade e rentabilidade dos serviços, mas nem sempre ouço, com tanta frequência, a referência no interesse público e no interesse do trabalhador usuário do transporte aquaviário.*

5

Disponível

em:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/143977c34db10b92832580c200002840?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1

6

Disponível

em:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/6c7c3196d5984d2a832580cd004c1622?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1

*Quero dizer que é preciso ampliar esse debate. Essa audiência de hoje não esgota a necessidade de ampliarmos a discussão envolvendo vários aspectos.*⁷

[30 de março de 2017 – Discurso]

Observa-se que apesar de termos, nos três exemplos acima, o uso do mesmo predicativo, o grau de obrigatoriedade em cada uso é diferente. Em (02), há a obrigação material delegada a um sujeito específico (os bancos), ou seja, esse sujeito deve ter a atitude de dar maior proteção aos idosos. Em (03), vemos que a obrigação muda para a interna, já que trazer calma é o equivalente a acalmar os funcionários e isso depende das leis sociais de um indivíduo, principalmente os funcionários do Estado do RJ retratados nessa fala. Já em (04), não há uma obrigação, e sim uma necessidade, porque a ação pode ser feita ou não. Ampliar o debate sobre o transporte aquaviário não é obrigatório e sim necessário.

Ao analisarmos, agora, a relação entre esses graus e os tipos semânticos de verbos encontrados, notamos que na obrigação externa há maior uso de processos materiais, na obrigação interna, apesar de estar em menor quantidade, há maior uso de processo mental e, na necessidade, há maior uso de processo verbal, seguido de processo mental. Isso pode se justificar pela natureza desses processos, já que processos materiais, por exemplo, são processos do fazer, é natural que haja, então, uma obrigação também material, que é baseada numa necessidade física propriamente dita, como vemos em (05).

(05) *Primeiro, para dizer que vamos decidir quanto à vida de um número infindável de pessoas, porque os entendimentos internacionais dizem que cada US\$ 1.00 investido em água, na verdade, são US\$ 4.00 economizados em saúde pública. Então, quando decidimos seja na questão da distribuição de água, ou do impacto do saneamento, na verdade, estamos decidindo não só em razão da saúde da população que receberá nossa decisão, mas também estamos decidindo quanto à vida dos trabalhadores. Como já foi mostrado, qualquer ação de privatização nesse país nada mais fez além de piorar a qualidade dos serviços e destruir a vida dos trabalhadores.*

*A mim incomoda de uma maneira muito particular quando se quer convencer que é preciso votar a favor desse projeto sob pena do Estado entrar no caos. Quero dizer que o caos da gestão pública já está instalado.*⁸

7 Disponível em:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/361b8ba28ff7eaf3832580f30073fac8?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1

8 Disponível em:

http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/82cf932e55167305832580c200740f57?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1

[09 de fevereiro de 2017 – Sessão extraordinária – Projeto de Lei 2345/2017]

Já os processos mentais, que estão relacionados ao sentir e pensar, por exemplo, resultam numa obrigação interna, já que é preciso ter mais cuidado ao tratar de costumes e princípios de um indivíduo, como vemos em (06). Nesse caso, a construção atribui a obrigação para os pais que devem estar atentos, e esta é uma atividade puramente mental.

(06) *Há relato de jovens que tatuaram com instrumento cortante o desenho de uma baleia azul. E o último estágio desse jogo virtual nada mais é do que levar esse jovem a tirar a sua própria vida, ou seja, conseguir fazer com que esse jovem aceite o desafio de se suicidar.*

*E é muito interessante, ainda que essa investigação esteja sendo conduzida por sigilo, quando a autoridade policial, a Delegada Fernanda Fernandes, alerta que aquela conduta do adolescente deixa rastro. Portanto, é preciso que os pais estejam atentos à mudança de comportamento de seus filhos. Esses filhos passam a ter um comportamento extremamente restrito, intimidativo, mas, na verdade, essas crianças são levadas para um mundo onde são efetivamente ameaçadas por uma associação criminosa.*⁹

[19 de abril de 2017 – Discurso]

Os processos verbais estão relacionados ao dizer, então, deve-se ter maior cuidado ao proferir ainda, resultando na necessidade, que é uma maneira atenuada de ordenar, como observamos em (07). A reestruturação da Cedae e sua nova face lucrativa é graças aos trabalhadores da própria empresa, então, nesse caso o locutor afirma que é preciso dizer, mas não de maneira obrigatória e, sim, muito mais polida.

(07) *Veja bem, Sr. Presidente, olha que coisa interessante e que isso alcança o ódio dos trabalhadores.*

O Poder Executivo – olha que coisa surpreendente – terá o prazo de seis meses, prorrogáveis por igual período, para a contratação de instituições financeiras federais responsáveis pela avaliação e estruturação da operação de alienação das ações de que trata o Artigo 1º. E ainda diz no Artigo 2º, organismos bilaterais, fazer a avaliação de empresa, quer dizer, o Estado não sabe o valor, não sabe as condições, e aí que vou entrar na questão, Sr. Presidente. Não há nenhuma menção aos trabalhadores. Nenhuma menção às dívidas trabalhistas. Nenhuma menção ao Fundo de Previdência, às dívidas da Cedae. Se a Cedae foi reestruturada e passou a ser lucrativa, o olho maior da iniciativa privada foi voltado. Mas é preciso dizer que são os trabalhadores

9 Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/9b184bd60b821f2283258107006bb3a1?OpenDocument>

da Ceda e responsáveis pela recuperação, porque o Governo deu condições. E aí, Sr. Presidente, é duro verificar as mentiras.

[09 de fevereiro de 2017 – Sessão extraordinária – Projeto de Lei 2345/2017]

Considerações finais

O objetivo de nosso trabalho foi investigar os padrões de usos deônticos nas construções completivas constituídas de oração matriz com ser + predicativo (obrigatório, preciso e necessário), seguida de uma oração completiva com função de sujeito sintático.

Consideramos em nossas análises, inicialmente, a quantificação dos dados de forma geral para, então, observarmos os graus da modalidade deôntica, que variam entre obrigação externa, obrigação interna, conforme proposto por Almeida (1980) e Neves (1996), e necessidade, já citado em estudo de Alves Wiedemer (2015). Além disso, também analisamos os tipos semânticos dos verbos da oração completiva, de acordo com classificação apresentada por Halliday (1985) e verificamos a possível correlação com os graus deônticos.

Em relação aos resultados, após oferecermos um quadro de ocorrências dos graus de modalidade deôntica no *corpus* investigado (dados da Alerj), pudemos perceber que há predominância de construções com predicativo *preciso*, seguido de pouco uso de *necessário* e nenhum uso de *obrigatório*. Na análise dos graus deônticos, verificamos que há predominância de obrigação material, seguida da necessidade e menor uso de obrigação interna, que é ligada à consciência. As razões para tal acontecimento seriam a facilidade para manipular o outro sobre algo físico ou material, já que uma manipulação baseada nos costumes deve ser feita de maneira breve e com muito cuidado para que não haja más interpretações. A necessidade ainda expressa que o outro deva fazer alguma coisa, mas sempre de maneira velada, pois se trata de uma ordem fraca a ser cumprida (ALVES WIEDEMER, 2015).

Também percebemos que há relação direta entre os graus da modalidade deôntica e os tipos semânticos apresentados no texto. A obrigação material apresenta, em grande parte, uso de verbos com processo material. Já a obrigação interna está relacionada aos processos mentais e a necessidade está relacionada aos processos verbais e mentais. A predominância de processos verbais na obrigação externa, pode ser justificada pois expressam ações propriamente ditas; processos mentais na obrigação

interna, podem se justificar pois influenciam diretamente as crenças de um indivíduo. E, por fim, a necessidade revelou que, por se tratar de uma ordem amenizada, pode ocorrer com maior número de processos, apesar de ter predominância do tipo verbal e mental.

Como propostas futuras de pesquisa, analisaremos o papel das formas verbais e do preenchimento do sujeito na oração completiva, assim como, observaremos a subjetividade e da objetividade dessas construções deônticas à luz dos pressupostos da Linguística Cognitiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. *Introdução ao estudo das perífrases verbais em português*, s. l., s. ed., 1980.

ALVES WIEDEMER, D. A modalidade deôntica na construção completiva impessoal com matriz ser + preciso: uma análise cognitivo-funcional. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 45, p. 100-114, 2015.

CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula*. São José do Rio Preto, 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal, RN: Editora da UFRN, 2007, p. 13-51.

CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: FAPERJ, 2013, p. 13-39.

DIAS, N. B. A marca da (inter)subjetividade na sentença complexa subjetiva. *Revista Confluência*, n. 44, p. 83-106, 2013.

GONÇALVES, S. C. L.; SOUZA, G. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. As construções subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. 2. Classe de palavras e processos de construção. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 1021-1084.

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. Clause as representation. In: HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*, p. 106-167, 1985.

LYONS, J. *Semantics*: Front Cover. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. (Org.) *Gramática do português falado*. v.vi: Desenvolvimentos. Campinas: Fapesp/Unicamp, 1996, p. 163-199.

SALIM MIRANDA, N. Modalidade: o gerenciamento da Interação. In: SALIM MIRANDA, N.; NAME, M. C. *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 175-195.